

## A DIMENSÃO TERRITORIAL NAS FORMAÇÕES SOCIAIS LATINOAMERICANAS

**Antonio Carlos Robert Moraes**

**Departamento de Geografia, F. F. L. C. H., Universidade de São Paulo,  
Brasil**

O pelo à especialidade, vista como mediação particularizadora<sup>(1)</sup>, adquire respaldo ontológico no estudo da história da América Latina, quando acatamos a centralidade dessa dimensão no objetivar-se dos processos de colonização do sistema colonial moderno – e a construção da América principalmente – como, antes de mais nada, um processo interessando a relação sociedade/espço. Disto deriva que é no apetito territorial de certas sociedades europeiza que devemos buscar o móvil primeiro da expansão marítima efetuada no “longo” século XIV<sup>(2)</sup>. E é igualmente na capacidade plástica de se apropriar de lugares os mais diversos e moldá-los segundo seus interesses, que se pode avaliar o êxito ou fracasso dos vários empreendimentos coloniais.

Partimos, assim, da constatação inicial de que qualquer colônia é o resultado de uma conquista territorial. Ela é um espaço novo, na perspectiva do colonizador<sup>(3)</sup>. Um espaço ganho da natureza, de outros povos e de outros Estados. Uma adição de terras ao fundo territorial sob sua soberania. Por isso a determinação básica da colônia é a conquista, entendida aqui como uma relação específica entre uma sociedade que se expande e as pessoas, recursos áreas dos lugares onde se exercita essa expansão. A violência e a expropriação são assim dados irredutíveis desse processo, variando em grau mas sempre presentes em suas manifestações. Colonização implica assim, antes de mais nada, numa hierarquia entre sociedades e entre lugares<sup>(4)</sup>.

Observamos então que a formação colonial expressa, já em sua gênese, uma qualidade de subordinação. Ela é um resultado de uma ação que lhe é externa. Pois a colônia e, não um domínio abstrato (formal), mas a afetiva instalação do colonizador – a objetivação da conquista. As novas terras só são assim designadas para aqueles que chegam, obviamente não são para as populações autóctonas. Estas também aparecer, aos olhos do colonizador como verdadeiros atributos do lugar, que devem ser submetidos como parte da natureza a ser ganha. E a subordinação primeira necessária ao se instalar é, exatamente, a dos naturais. E, em fundação disso, os quadros demográficos

---

<sup>1</sup> Sobre este tema, numa perspectiva hartmanniana, ver: Wanderley Messias da Costa “O Espaço como categoria de Análise”. Para uma diversificação das visões sobre o matéria: Bertha Becker (org.) *Abordagens Políticas da Especialidade*.

<sup>2</sup> Essa discussão pode ser encontrada em: Antonio Carlos Robert Moraes- *Bases de Formação Territorial do Brasil. O território colonial Brasileiro no “longo” século XVI*, 1ra parte “Europa”.

<sup>3</sup> Um bom pode ser encontradas em: Alvaro Jara el. *Alli Tierras Nuevas, Expansión territorial y ocupación del suelo en América (siglos VXI-XIX)*.

<sup>4</sup> A teorização de fundo que sustenta nossa reflexão emana das formulações de Milton Santos, Sintetizadas em *Por Uma Geografia Nova*. Especificamente sobre o tema em foco, ver desse autor: “Relações Espaço temporais no Mundo Subdesenvolvido” e “Espço e Sociedade: a formação econômico-social como teoria e como método”.

defrontados vão constituir-se no elemento básico para se entender a forma da instalação o arranjo gerado em cada caso <sup>(5)</sup>.

Vale observarmos que existem objetivos comuns aos centros difusores, móveis metropolitanos animados pela perseguição a remuneração do capital comercial, isto é, o lucro mercantil <sup>(6)</sup>. Todavia, o tónus mercantilista se objetiva a través de combinações de interesses amarrados em cuadros estatais nacionais. Tal arranjo redundava em projetos próprios a cada Estado, num quadro internacional pensando em termos essencialmente bélicos <sup>(7)</sup>. Isso se explicita em diferentes geopolíticas ultramarinas. Estas, por sua vez, exercitam-se em meio a realidades dessa interfície. Os desígnios geopolíticos metropolitanos devem se aplastar com o defrontado, tendo na adaptabilidade um elemento de eficiência.

Se acatamos este raciocínio, de imediato fica difícil equacionar a realidade colonial numa ótica que trabalhe com a oposição interno/externo. Pois- repetimos- a colônia é, em si, a instalação do agente externo, sua internalização na nova terra, a través da conquista dos lugares e da subordinação dos antigos ocupantes. Assim, sem submeter a população encontrada não a colonização, fato que coloca – por exemplo- várias feitorias siescentistas portuguesas na Ásia foras da economia mundo capitalista <sup>(8)</sup>. O estabelecimento de uma colônia implica necessariamente em domínio da terra – soberania- e esta é impossível sem algum nível de submissão de seus primitivos habitantes.

Nesses termos, a eliminação e/ou apropriação das populações autóctonas não pode ser avaliada com um aspecto a mais da expansão colonial mercantilista, pois está em seu centro <sup>(9)</sup>. O recurso a uma das suas alternativas apresentadas repousará, em muito, na reação indígena ante ao conquistador. Porém, a submissão efetiva se impõe a todos os casos, independente do nível político-cultural ou do efetivo demográfico de cada sociedade conquistada. Essa variedade vai influir, isto sim, e muito, na forma de exploração desenvolvida em cada rincão.

No que tange à vida econômica entabulada pelo colonizador, fato que já pressupõe certa perenidade da instalação (logo, um relativo êxito da conquista), dois vetores emergem com relevância na explicação dos vários resultados. Um está nas características do povo submetido, outro nos atrativos e riquezas defrontadas. Como visto, a densidade populacional e a organização

---

<sup>5</sup> Ver: Antonio Carlos Robert Moraes –Ob.cit. 3era parte “América”.

<sup>6</sup> Aquí, entre outros estudos, podemos indicar o interessante trabalho de Meter Kriedte –Feudalismo Tradío y Capital Mercantil.

<sup>7</sup> Vale sembrar a observação de Perry Anderson de, que no período considerando, “A guerra não era o desporto dos príncipes, era seu destino” (Linhagens do Estado Absolutista, p. 33).

<sup>8</sup> Nesse sentido acatamos a distinção estabelecida por Wallerstein entre “periferia” e “arena exterior” na montagem da economia-mundo capitalista (Ver: El Moderno Sistema Mundial, v. 1). E também a orientação de Fernando Novais que deixa fora de processo de colonização as meras ações de pilhagem e intercâmbio comercial (Ver: “ Colonização e Sistema colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica”).

<sup>9</sup> Fato sobejamente destacado por varios autores Geor Friederici – El Carácter del Descubrimiento y de la Conquista da América; R. Konezke- América Latina. La época colonial; P. Chaunu- Sevilla e a América; J. Lafaye. Los Conquistadores; R. Romano Mecanismos da conquista Colonial; entre outros.

social da população encontrada atuou fortemente nas formas de assentamentos europeu no Novo Mundo. Nas zonas de maior concentração (logo com uma divisão do trabalho mais complexa), o conquistador se depara com territórios formados (como hierarquia locais e circuitos definidos), e a obra colonizadora se traduz inicialmente na apropriação dessas estruturas preexistentes <sup>(10)</sup>. Nas áreas de população menos adensada e divididas em unidades políticas menores, a colonização se afeta na destruição direta dos gêneros de vida tradicional e no redirecionamento da força laboral indígena <sup>(11)</sup>. No dois casos, o controle dos habitantes é a chave da conquista.

Entretanto, não apenas o quadro demográfico atua sobre o assentamento. Igualmente a perspectiva de lucratividade de empreendimento nas novas terras influi na velocidade e profundidade do processo de instalação. Certos atrativos naturais, como a existência de jazidas de metais preciosos, elgem determinados sítios e imprimem direções a esse processo. Vale lembrar que a extração da prata e o abastecimento das zonas minerais criaram novos circuitos e assentamentos, que inclusive envolveram amplos deslocamentos de populações. Assim, foram povoadas áreas naturalmente desfavoráveis como habitats humanos. O que pode relevar certa primazia desse vetor (o valor do espaço) releva-se tanto na riqueza natural depositada, quanto no trabalho morto acumulado *in situ* <sup>(12)</sup>. E, ainda, no contingente humano estacionado em cada lugar. O espaço do colonizador contém recursos, heranças e pessoas – são os vetores da atração.

Se por um lado, a perspectiva de lucro antevista comanda o assentamento do colonizador, por outro, o efetivo estabelecimento da produção (seja ela qual for: extrativa, agrícola, mineradora, etc.) só ocorre com a disponibilidade do fator trabalho. É ele a mediação inelutável entre a riqueza potencial e a mercadoria, o “espólio privilegiado da conquista” segundo expressão de Pierre Chaunu <sup>(13)</sup>. Por tanto, a intenção do lucro só se faz potência com o acesso a estoques de força do trabalho. Nesse sentido, a produção de um território colonial, notadamente onde o colonizador não se defronta com estruturas produtivas sólidas preexistentes, implica uma faceta de povoamento. O tipo de povoamento, seria fácil demonstrar, variou bastante no caso americano, assim como variaram as relações de trabalho e que estes estavam submetidos. Contudo, mecanismos de coerção extraeconômicos eram comuns às várias formas, tornando o trabalho compulsório um traço unificador ante a diversidade das formações coloniais americanas.

Assim, a valorização colonial do espaço tem no controle do fator trabalho um elemento nodal. As diferentes formas de que se reveste a coerção não deve estorbar a recorrência e centralidade dessa determinação. Nesse entendimento

---

<sup>10</sup> Para exemplificar com o império azteca, ver: Renér Barbosa-Ramirez – La Estructura Económica de la Nueva España (1519-1810).

<sup>11</sup> Aquí, vale lembrar a estratégia do aldeamento missionário nas zonas de fronteira da colização en el alto Orinoco- Río Negro (Siglos XVI a XVIII).

<sup>12</sup> Sobre estes conceitos, ver: Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa-Geografia Crítica: A valorização do Espaço.

<sup>13</sup> Conquista e Exploração dos Novos Mundos (Século XVI), p. 243.

o escravismo vai aparecer como modalidade (<sup>14</sup>). Desse modo, o povoamento colonial (estrito senso) é em sua maior parte, um fluxo migratório forçado. Seja o servo sob contrato Branco (aprisionado, comprado ou raptado), seja o escravo africano, seja ainda o índio (aldeado ou escravizado), todos pertencem a populações deslocadas de seu habitat originário e submetidos a um novo ordenamento social e espacial, que as qualifica através de mecanismo de exclusão como os impedimentos raciais e a seletividade territorial (<sup>15</sup>).

A fixação dessas populações obedece, obviamente, à localização das unidades produtivas e esta é comandada pela taxa de remuneração do capital investido em cada lugar (<sup>16</sup>). Aí, onde a lucratividade compense o gasto todos os obstáculos à instalação serão superados, com bem o demonstra a aglomeração humana no estéril e insalubre sítio do cerro de Potos (<sup>17</sup>). Onde a inexistência de braços conviveu com grandes atrativos naturais, a mobilidade da força o caráter modal do escravismo. Enfim, o dado locacional que comanda a atração é, sem dúvida, a produtividade natural dos lugares em face dos interesses da economia mercantil da época.

Essa tônica exportadora do colonialismo em geral, e do seiscentista com maior ênfase (<sup>18</sup>). Acarreta um padrão de instalação com um claro sentido exomorfo. Isto é, o assentamentos se fazem, mesmo quando bastante interiorizados, articulados numa rede de circulação que demande um porto, o qual engasta as diferentes unidades produtivas com os circuito atlânticos, os da realização de seus produtos. A subordinação desenha-se assim com clareza no ordenamento espacial, no estabelecimento daquele padrão que Bernard Kaiser denominou de bacia de drenagem. A riqueza produzida nas colônias escoava por esses circuitos que têm nos desníveis de preços, entre a América e a Europa, o seu princípio-motor.

O sistema colonial implica um formidável mecanismo de transferência geográfica do valor. A parcela produzindo fixada na colônia restringe-se geralmente, ao mínimo necessário para tocar a vida econômica, política e cultural. O valor de fixa, por exemplo, como cathedral. Todavia, é esse cabedal acumulado que define, em muito, o destino das diferentes colônias quando das conjunturas de retração do comércio mundial na “crise” do século XVII (<sup>19</sup>). Diferentes saídas, de maior ou menor estruturação autárquica, definem como

---

<sup>14</sup> Postura que tem importantes mentos no debate sobre a caracterização do modo de produção vigente nas colônias americanas.

<sup>15</sup> Sobre a estruturação social das colônias, ver: Sedi Hirano: *Pré-capitalismo e Capitalismo*, e Florestan Hernández “A Sociedade Escravista no Brasil”.

<sup>16</sup> Vale sembrar a teorização de Antonio Barros de Castro acerca do papel da renda diferencial na hierarquização das áreas de adensamento dos escravos africanos na América, ver “As Mão e os Pés do Señor de Engenho: a Dinâmica do Escravismo Colonial”.

<sup>17</sup> Como observa Bartolomé Bennasar: “Uma enorme concentração urbana 4 mil metros de altitude, numa paisagem estéril, só se explica pela existência da prata” (*La América espanhola y la América Portuguesa, siglos XVI-XVIII*, p. 217). Este autor lembra que Potosí atinge a cifra de 150 mil habitantes em 1611, quando Sevilla- a maior cidade de Espanha – conta com apenas 100 mil.

<sup>18</sup> Eric Hobsbawa pontua bem a distinção do “novo tipo de colonialismo” do século XVII, exatamente no to deste relevarão contrário do seiscentista o “mercado colonial” (“A Crise Geral Da Economia Européia no Século XVII, p. 115”)

<sup>19</sup> Uma visão de síntese dos variados processo pode ser obtida na excelente coletânea: Enriquece Florescano (org.) *Hacienda, Latifundios y Plantaciones en América Latina*.

as várias colônias americanas vão vivenciar os rearranjos no cenário metropolitano.

A valorização colonial do espaço, a pesar de objetivar um padrão voltado para fora, avançar internamente num movimento de forte caráter extensivo. Isto é, a riqueza gerada repousa diretamente na magnitude do espaço apropriado, tal fato sendo válido tanto para o avanço areolar da fronteira agrícola e pecuária, quanto para ser dilatação das zonas de trânsito onde se encontram as “riquezas do sertão” (os índios, os metais preciosos e as especiarias). Por isso, o móvel da conquista não restringe ao período inicial da instalação, mas permanece como motor constante do dinamismo interno das formações territoriais coloniais.

O imenso fundo territorial das colônias americanas, aparentemente inesgotável na perspectiva das colônias e dos Estados metropolitanos, leva a que mercado fundiário demore para si se afetivar. É somente quando a margem de cultivo começa a decair (em função da distância e da produtividade dos solos) que algumas áreas de altíssima favorabilidade (e mesmo restritas a certas localizações e a certos setores econômicos) adquirem um valor mercantil. Assim durante largo tempo, a terra não é mercadoria na colônia, repousando no controle da mão-de-obra o meio de sua obtenção. Podemos dizer que, dum ponto de vista genérico, a existência de fundos territoriais atravessou todo o período colonial americano. E, havendo terra a ser apropriada, havia conquista. E, havendo conquista, a dimensão espacial vem ao centro da estruturação da vida social.

Sintetizando, a valorização colonial do espaço necessita da gentes “passivos” (submetidos) que se amoldem aos interesses do sujeito colonizador, que os aloca segundo uma lógica subordinada a um mercado e a um centro difusor externo. Lógica mercantil atraída por recursos raros e por possibilidades de produções complementares de alto valor nas trocas internacionais. O povoamento, a instalação de equipamentos, a fixação de valor, tudo responde a esta lógica, até o momento em que o volume do capital internalizado começa a gerar interesses locais, que podem se antagonizar ou não como se da metrópole, ao sabor das coyunturas. A partir desse momento, a condição subordinada passa a conviver com estímulos autocentrados, abrindo a possibilidade da colonização interna agregar mais interesses que o intercâmbio metropolitano.

Esta dinâmica interior das formações coloniais pode ser mapeada através dos circuitos internos de produção e dos círculos internos de produção e dos círculos de cooperação que se estabelecem <sup>(20)</sup>. São eles as expressões e fundamentos dos interesses locais. As especializações e fundamentos dos interesses locais. As especializações complementares dos variados lugares dentro de uma dada divisão regional do trabalho, revela certa maturidade desse processo, que advém da perenização de alguns fluxos aqui, resta muito a

---

<sup>20</sup> Sobre estes conceitos ver: Antonio Carlos Robert Moraes “Circuitos Espaciales de la Producción y Círculos de Cooperación en el Espacio”. Consultar também. Carlos S. Assadourian- El sistema de la Economía Colonial. El Mercado Interior, Regiones y Espacio Económico e Juan Carlos Gravilla Mercado Interno y Economía Colonial.

pesquisar, no que tange às realidades coloniais latino-americanas. A dependência externa em muito obscurecem estes ativos circuitos internos <sup>(21)</sup>, e é rastreando-os que podemos captar a agregação de interesses nos movimentos de emancipação política, que desenham as fronteiras nacionais dos vários países do subcontinente.

E mais, o advento da emancipação política das várias coloniais não rompe, antes recicla reiterando, a centralidade da dimensão espacial na análise da América Latina. O movel da conquista territorial permanece ativo, exercitándose sobre lugares, recursos naturais e populações. Em primeiro lugar, o fundo territorial ainda não explorando pela economia (agora) nacional permanece a espera de novas ações, o que recoloca a noção de conquista no centro da estruturação das nascentes nações; inclusive dando alguns traços comuns à constituição dos respectivos aparelhos de Estado, com destaque para um forte caráter cêntrico <sup>(22)</sup>. Também as formas compulsórias de extração do trabalho, em geral, se mantém. Nesse sentido, a ruptura com a estruturação colonial interna pouco se exercita-expressando com clareza as qualidades de processos de modernização conservadora. No que toca à nossa discussão, cabe sinalar o aumento da parcela do valor criado que se internaliza em terras americanas.

Aqui trabalhamos a hipótese de que os movimentos de independência, antes que uma superação, representaram um reforço na centralidade da dimensão espacial própria às estruturas coloniais. Pois ao lado da reposição das determinações dadas por tais estruturas (aqui sintetizadas na noção de conquista) a construção das novas identidades nacionais agrega a uma outra classe de questões importantes à relação sociedade espaço. Tratam-se de questões atinentes à consistência e à representação do espaço, que associam o território ao imaginário político e aos processos de autolegitimação necessários para afirmar a soberania dos novos Estados <sup>(23)</sup>. Sim, nos países de passado colonial a idéia do nacional é em muito acoplada a uma visão territorial, que pode ser ilustrada numa temática recorrente na discussão de suas elites: a do país a se construir. Assim, às determinações (referentes à ocupação do solo e sua exploração) vem se juntar outras das esferas da política e da cultura.

O processo de independência de Brasil ilustra exemplarmente esse tópico. O compromisso em torno do príncipe português –agregando elites circunscritas al sistemas econômicos regionais, com poucos laços de coesão e complementaridade – em grande parte se fundamenta na legitimidade dinástica que a continuidade da casa real imprimia face à soberania os fundos territoriais ainda não efetivamente conquistados. Observamos aqui que o ideal da conquista, num mesma argumentação, fornece um elemento de coesão as

---

<sup>21</sup> A necessidade desse tipo de estudos é bem enfatizada, na bibliografia brasileira, por: José Roberto do Amaral Lapa – O antigo Sistema Colonial e Ciro F. S Cardoso Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas.

<sup>22</sup> Ver: Claudio Velis- La Tradición Centralista de América Latina e Orlando Peña- Estados y Territorios em América Latina y Caribe.

<sup>23</sup> Tratamos esta temática com mais detalhe em dois outros trabalhos: Ideologías Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil e “Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil”.

elites (o da construção do país) e uma legitimação para o Estado – que terá na ocupação do território uma de suas tarefas básicas. E ainda sobre a possibilidade de, no mesmo argumento, colocar o povo em seu “devido lugar” qual seja, o de subalterno- isto é mero instrumento do “projeto nacional” (24). Não seria difícil mostrar a persistência dessa visão ao longo do período monárquico ou mesmo no Brasil republicano.

Essa visão de conceber o país como um espaço, vendo a população como um atributo deste, não parece ser uma singularidade da formação brasileira. Ao nosso ver, ela expressará uma qualidade das “vias” colônias de desenvolvimento do capitalismo. Um passeio pelo pensamento conservador latinoamericano, sem dúvida, evidenciaria o peso das ideologias geográficas nas distintas formações e em diferentes conjunturas (25). Um exame da constituição dos vários Estados permitiria avaliar o papel desempenhado pelas políticas territoriais na armação de cada um. Enfim, a análise da formação dos territórios nacionais latinoamericanos parece propiciar um fértil campo de indagações acerca das determinações que nos assemelham. Necessitamos de estudos portadores de uma ótica angular, que salientem a relação sociedade-espaço (vista como processo social), e que tomem a geografia como uma forma de pensar histórico, uma história, uma história territorial como nos sugere Milton Santos.

#### **BIBLIOGRAFIA CITADA**

- ABELLAN, José Luis –La Idea de América y su Evolución, Ed. Ismo, Madrid, 1972.
- ANDERSON, Perry –Linhagens do Estado
- ASSADOURIAN, Carlos Semplat –El Sistema de la Economía Colonial. El Mercado Interior, Regiones y Espacio Económico, Ed. Nueva Imagen, México.
- BARBOSA-RAMIREZ, A. René –La Estructura Económica de la nueva España (1519-1810), Ed. Siglo Veintiuno, México, 9ª ed. 1985.
- BENNASAR, Bartolomé –La América Española y la América Portuguesa, Siglos XVI-XVIII, Ed. Akal, Barcelona. 2ª ed. 1987.
- BECKER, Berta (org) –Abordagens Políticas da Especialidade, DG/UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.
- CASTRO, Antonio Barros de –“As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho: A dinâmica do Escravismo Colonial” in Pulo Sergio PINHEIRO (org) –

---

<sup>24</sup> Ver. Marlise Meyer – “A Descoberta do Brasil. O eterno retorno”, Lucia Lippi de Oliveira “Modernidade e Questão Nacional”, e Milton Lahuerta “o Nacional como Positividade: Tutela do povo e domínio de território”.

<sup>25</sup> Apenas para ilustrar, vale citar o trabalho de Túlio Halperin Donghi – Una Nación para el Desierto Argentino. Sobre as identidades latinoamericanas ver; José Luis Abellán. La idea de América Origen y Evolución.

Trabalho Escravo: Economia e Sociedade, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

- CARDOSO, Ciro Flamiro S. –Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- CHAUNU, Pierre –Conquista e Exploração do Novos Mundos (Século xvi), Ed. Pioneira/Edusp, São Paulo, 1984.
- Sevilha e a América, Nos séculos XVI e XVII, Ed. Difel, São Paulo, 1980.
- COSTA, Wanderley Messias da –“O Espaço com Categoria de Análise”, Revista do Departamento de Geografia/USP 2, São Paulo, 1985.
- FERNANDES, Florestan –“A Sociedade Escravista no Brasil” in Circuito Fechado. Quadro ensaios sobre o poder institucional, Ed. Hucidec, São Paulo, 1976.
- FLORESCANO, Enrique (org) –Haciendas, Latifúndios y Plantaciones em América Latina, Ed. Siglo Veintiun, México, 2ª ed. 1978.
- FRIEDERICI, Geogr –El Carácter del Descubrimiento y de la Coquista de América, Ed. Fondo de Cultura Económica, México, 1973.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos –Mercado Intero y Economía Colonial, Ed. Grijalbo, México, 1983.
- HIRANO, Sedi –Pré-Capitalismo e Capitalismo, ED. Hucitec, São Paulo, 1988.
- HOBBSAWM, Eric –“A Crise Geral da Economia Européia no Século XVII” in Théo SANTIAGO (org) Capitalismo. Transição, Ed. El dorado, Rio de Janeiro, 2ª Ed. 1975.
- JARA, Álvaro et alli –Tierras Nuevas Expasión Territorial y ocupación del suelo en América (siglos XVI- XIX, Ed. El Colegio de México, México, 1969).
- KRIEDTE, Peter –Feudalismo Tardío y Capital Mercantil, ED. Crítica, Barcelona, 5ª Ed. 1987.
- KONETZE, Richard –América Latina. La época colonial, ED. Siglo veintiuno, México, 18ª Ed. E 1986.
- LAFAYE, Jactes –Los Conquistadores, Ed. Siglo Veintiuno, México, 6ª Ed. E 1987.
- LAHUERTA, Milton –“O Nacional como Positividade: tutela do povo e domínio do território”, mimeo., São Paulo, 1982.



- LOSADA, Mariano Useche –El Proceso Colonial em el Alto Orinoco –Rio Negro (Siglos XVI a XVIII), Ed. Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, Bogotá, 1987.
- MEYER, Marlyse –“A descoberta do Brasil. O eterno retorno”, Cadernos do E. E. R. U. 13 São Paulo, 1980.
- MORAES, Antonio C. R. “Los Circuitos Espaciales de la Producción y los Círculos de Cooperación en el Espacio” in L. A. JANES e A. LIBERALLI (orgs) –Aportes para el estudio del Espacio Socioeconómico, Ed. El Coloquio, Buenos Aires, 1989.
- Ideologías Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.
- “Notas sobre IDENTIDADE Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil” in Estudos Históricos S. Rio de Janeiro, 1991.
- MORAES, Antonio C. R. e Costa, Wanderley M. –Geografia Crítica: A Valorização do Espaço, Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.
- NOVAIS, Fernando A. “Colonização e Sistema Colonial: Discussão de Conceitos e Perspectiva Histórica” in Anais do 4º Encontro de Professores Universitários de História, São Paulo, 1967.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de “Modernidade e Questão Nacional”, Lua Nova 20, São Paulo, 1990. &.
- PENA, Orlando –Estados y Territórios em América Latina y el Caribe, Ed. Era México, 1989.
- ROMANO, Ruggiero –Mecanismos da Conquista Colonial, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1973.
- SANTOS, MILTON – Por uma Geografia Nova, Ed. Hucitec/Edusp, São Paulo, 1978.
- Espaço e Sociedade, Ed. Vozes, Petrópolis, 1979.
- “Relações Espaço –Temporais no Mundo Subdesenvolvido”, Seleção de Textos 1, São Paulo, 1976.
- VELIZ, Cláudio –La Tradición Centralista de América Latina, ED. Ariel, Barcelona, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel –El Moderno Sistema Mundial, Ed. Siglo Veintiuno, México, 4ª Ed. 1987.